

Especial

Pastagens degradadas expõem gargalo

PÁGINA 5

MOVE BRASIL

Transporte rodoviário terá R\$ 10 bi de crédito

O vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Geraldo Alckmin, lançou ontem o programa Move Brasil, que vai oferecer financiamento com taxas de juros mais baixas para empresas de transporte rodoviário de carga, cooperativas e caminhoneiros autônomos. O estímulo à renovação da frota deverá atender a critérios de sustentabilidade dos veículos e conteúdo local. De acordo com o governo, o programa disponibilizará R\$ 10 bilhões de crédito, entre recursos do Tesouro Nacional (R\$ 6 bilhões) e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), responsável por operar todas as linhas de crédito do Move Brasil. **PÁGINA 3**

DESCANSO

Ministro da Justiça entrega carta de demissão

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, entregou ontem uma carta com pedido de demissão ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Magistrado aposentado do Supremo Tribunal Federal (STF), ele assumiu a pasta em fevereiro de 2024 e deixará o cargo com quase dois anos de gestão, justificando que questões pessoais e familiares o levaram a tomar a decisão. A demissão, que era especulada há várias semanas na imprensa, deverá ser publicada na próxima edição do Diário Oficial da União. Pela manhã, Lewandowski participou de sua última agenda pública ao lado do presidente, no evento que marcou os três anos da trama golpista. **PÁGINA 6**

ATO

Lula veta integralmente o projeto de lei da Dosimetria

MARCELO CAMARGO/ABRASIL



O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (**foto**) vetou integralmente o Projeto de Lei nº 2.162 de 2023, conhecido como PL da Dosimetria, aprovado em dezembro pelo Congresso Nacional. O texto prevê a redução de penas de condenados pelos atos antidemocráticos de 8 de janeiro e pela tentativa de golpe de estado. Com o veto, o projeto volta para o Congresso. O anúncio foi feito ontem durante ato, no Palácio do Planalto, que marcou os três anos dos ataques perpetrados por manifestantes apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro que, inconfor-

mados com o resultado das eleições, invadiram o Congresso Nacional, o Palácio do Planalto e o Supremo Tribunal Federal (STF). “Todos eles tiveram amplo direito de defesa, foram julgados com transparência e imparcialidade. E, ao final do julgamento, condenados com base em provas robustas, e não com ilegalidades em série, meras convicções ou (apresentações de) powerpoint fajutas”, disse Lula. “Quero parabenizar a Suprema Corte pela conduta irrepreensível ao longo de todo esse processo. Julgou e condenou no estrito cumprimento da lei. **PÁGINA 6**

PESQUISA



IBGE

Indústria se mantém estável desde abril de 2025, aponta o IBGE

A indústria apresenta um comportamento de estabilidade há alguns meses, operando dentro de um mesmo patamar, especialmente desde abril de 2025. A conclusão é de André Macedo (**foto**), gerente da Pesquisa Industrial Mensal do IBGE, divulgada ontem. Segundo Macedo, a estabilidade da produção industrial, com o registro de 0% em novembro de 2025, é o melhor resultado desde 2023, considerando apenas os meses de novembro, quando apresentou avanço de 1,1% naquele momento. “Quando a gente observa os resultados da série histórica, tem um primeiro trimestre com um avanço mais importante, inclusive culminando com um crescimento na margem da série mais elevada do ano, que foi o resultado de março com 1,8% de crescimento”, afirmou. **PÁGINA 3**

INDICADORES

IBOVESPA -1,01% / 162.007,93 / -1.655,95 / Volume: 24.920.128.769 / Negócios: 3.679.967											
Mais Negociados				Maiores Altas				Maiores Baixas			
Preço	%	Oscil.		Preço	%	Oscil.		Preço	%	Oscil.	
GOLL54	6,15	0,00	0,00	ANIM3	4,02	+13,88	+0,49	AZUL54	255,000	-54,37	-303,900
AZUL54	255,000	-54,37	-303,900	RVEE3	2,300	+12,20	+0,250	AMBP3	0,31	-13,89	-0,05
MBRF3	18,62	-2,87	-0,55	RCSL4	8,80	+9,05	+0,73	FHER3	3,81	-11,19	-0,48
AMBP3	0,31	-13,89	-0,05	ONCO3	2,920	+8,96	+0,240	OIBR3	0,16	-11,11	-0,02
COGN3	3,58	+7,51	+0,25	CBEE3	10,98	+8,71	+0,88	OIBR4	1,80	-9,09	-0,18

Bolsas no mundo		Salário mínimo		IGP-M		EURO turismo	
Fechamento		R\$ 1.412,00		-0,01% (dez.)		Compra: 6,3677	
Dow Jones	48.996,08	Ufir-RJ	R\$ 4,5373	IPCA-15	0,25% (dez.)	Compra: 5,3880	Venda: 6,5477
S&P 500	6.920,93	Taxa Selic	15%	CDI	14,90%	DÓLAR comercial	+0,15%
NASDAQ Composite	23.584,274	TR		OURO		DÓLAR comercial	
Nasdaq 100	25.653,895	(06/01)	0,1657%	BM&F/grama/RJ	R\$ 774,10	Compra: 5,3852	Venda: 5,3858
Euronext 100	1.758,88	Poupança		EURO Comercial		DÓLAR turismo	
CAC 40	8.233,92	(06/01)	0,6766%	Compra: 6,2909	Venda: 6,2915	Compra: 5,4132	Venda: 5,5932

MERCADOS

Ibovespa encerra na máxima do dia, perto dos 163 mil pontos

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

Após a correção do dia anterior, o Ibovespa retomou a linha dos 162 mil pontos, e se reaproximou dos 163 mil pontos ontem, atingindo a máxima do dia no fechamento - em alta de 0,59%, aos 162.936,48 pontos -, colocando até aqui o ganho na semana a 1,49% e o do mês e ano a 1,12%. As ações da Petrobras tiveram protagonismo para o avanço do índice, com a ON em alta de 2,50% e a PN, de 1,24%, enquanto Vale ON exerceu pressão negativa, em baixa de 0,97% no fechamento. O giro foi a R\$ 23,4 bilhões na sessão.

Por sua vez, o setor financeiro teve desempenho misto, com as variações nas maiores instituições tendo ficado entre -1,70% (Bradesco PN) e +2,16% (BTG Unit), ainda refletindo a recente volatilidade maior no segmento, em razão das incertezas em torno da liquidação do Banco Master, observa Pedro Moreira, sócio da ONE Investimentos. Itaú PN, principal papel do segmento, avançou 1,55% nesta quinta. Na ponta ganhadora do índice da B3, Brava (+5,70%) e as três ações de Axia Energia (PNB +4,07%, PNC +3,80% e ON +3,41%), além de Braskem (+3,99%). No lado oposto, Hapvida (-4,77%), Porto Seguro (-4,55%) e WEG (-4,17%).

"O Ibovespa ainda mantém trajetória positiva para 2026, mas com um grau maior de incerteza e de volatilidade esperada, especialmente após um

ano, 2025, que foi forte para a Bolsa", diz Tales Barros, líder de renda variável da W1 Capital, mencionando que o enfraquecimento do dólar frente ao real contribuiu para que o Brasil fosse colocado, no ano passado, como um dos destinos favorecidos pelo investidor internacional.

Ele menciona que, no curto prazo, a incerteza geopolítica maior, neste começo de 2026, tende a resultar em volatilidade aguda especialmente para uma commodity correlacionada à Bolsa brasileira, o petróleo.

Ontem, tal volatilidade foi benéfica às ações de Petrobras, com os contratos futuros da commodity em alta superior a 3% em Londres e Nova York. O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, e assessores de seu governo estão planejando uma iniciativa abrangente para dominar a indústria petrolífera venezuelana nos próximos anos, incluindo certo controle na empresa estatal do país, a Petróleos de Venezuela SA (PDVSA), segundo fontes do Wall Street Journal.

"O Ibovespa teve uma leve recuperação, muito em função da Petrobras, mas com algum suporte também do setor financeiro. Não foi um dia com muitas alterações no cenário macro ou de política, com o Ibovespa mostrando uma melhora na percepção sobre ativos de risco após a correção de quarta-feira, com fechamento também nos DIs de longo prazo", diz Moreira, da One Investimentos.

Dólar fecha praticamente estável com cautela na véspera do payroll

ANTONIO PEREZ/AE

O dólar operou ao redor da estabilidade ao longo da tarde e encerrou a sessão de ontem cotado a R\$ 5,3890 (+0,04%). Segundo operadores, a taxa de câmbio busca uma acomodação após furar o piso de R\$ 5,40 e acumular baixa de quase 2% neste início de janeiro.

O clima é de cautela à espera da divulgação, hoje, do relatório de emprego (payroll) nos Estados Unidos em dezembro, que pode mexer com as expectativas em torno dos próximos passos do Federal Reserve. No Brasil, as atenções se voltam ao IPCA de dezembro, embora não haja expectativa de que o indicador possa mudar a aposta majoritária de manutenção da taxa Selic em 15% neste mês.

"Vimos um câmbio mais de lado, com o mercado em compasso de espera pelo payroll. O fluxo está muito fraco e a liquidez baixa. Deve haver uma melhora a partir da próxima semana", afirma o economista-chefe da Frente Corretora, Fabrizio Velloni.

Lá fora, o índice DXY - que mede o desempenho do dólar em relação a uma cesta de seis moedas fortes - operou em alta moderada ao longo do dia e aproximou-se dos 99.000 pontos, com máxima aos 98.984

pontos. A moeda norte-americana também avançou na comparação com a maioria das divisas emergentes e de países exportadores de commodities.

Números de pedidos semanais de auxílio-desemprego vieram praticamente em linha com o esperado. Sem sinais mais fortes de deterioração do mercado de trabalho e da atividade, é provável que o Fed opte por manter a taxa básica de juros americana inalterada no curto prazo.

Monitoramento do CME Group mostra que as chances de manutenção dos juros em janeiro superam 80%. A probabilidade de que a taxa permaneça inalterada também em março supera 50%. Ou seja, a retomada do alívio monetário ficaria para o segundo trimestre.

"O payroll de dezembro vai ser o primeiro dado do mercado de trabalho que não terá a 'contaminação' dos efeitos do shutdown e pode, sim, mexer com as expectativas para a próxima decisão do Fed", ressalta Velloni, da Frente Corretora.

Por ora, a avaliação é a de que a manutenção de um diferencial de juros elevado tende a dar amparo ao real ao longo do primeiro trimestre, caso não haja surtos de aversão ao risco no exterior.

ENDIVIDAMENTO

CÍCERO COTRIM/AE

A Unafisco Nacional, uma das entidades que representa auditores da Receita Federal, defendeu que o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, sancione um "desconto" nas multas e juros de empresas que têm histórico de boas pagadoras, mas estão com a capacidade de pagamento "reduzida momentaneamente."

O mecanismo está previsto no artigo 32 do Projeto de Lei Complementar (PLP) do "devedor contumaz", aprovado pelo Congresso em dezembro e ain-

da aguardando sanção da Presidência.

Por meio de nota, a associação diz que o trecho está gerando atritos entre auditores e advogados da União, que estariam fazendo uma "intensa pressão" pelo veto do artigo. Essa mobilização ocorreria, segundo da Unafisco, por causa dos honorários de sucumbência.

"A guerra da AGU (Advocacia Geral da União) contra esse dispositivo, que está em sintonia com a política de conformidade do governo e que funciona como uma válvula de descompressão para empresas momentaneamente fragiliza-

das, deve-se ao fato de que os honorários de sucumbência dependem em grande parte da asfixia do contribuinte", diz a nota.

Os honorários de sucumbência são valores definidos pela Justiça que devem ser pagos pela parte vencida ao advogado da parte vencedora de um processo. Desde 2017, os advogados da União podem receber esses valores.

Um estudo do Movimento Pessoas à Frente e da Transparência Brasil divulgado em dezembro mostrou que, de 2020 a 2025, os honorários de sucumbência resultaram em

pagamentos de R\$ 4,55 bilhões acima do teto do funcionalismo para os advogados da União.

Segundo a Unafisco, o mecanismo de desconto para bons pagadores permite uma redução expressiva de multas e juros e o alongamento dos prazos de pagamento. Na prática, abre uma porta de saída para as empresas antes que os débitos se transformem em uma "bola de neve" e sejam inscritos na dívida ativa.

Essa saída, no entanto, reduziria a litigância e a remuneração dos advogados da União, segundo a entidade.

PREÇOS

Cesta básica fica mais cara em 17 capitais em dezembro

ELAINE PATRICIA CRUZ/ABRASIL

Em dezembro de 2025, a cesta básica ficou mais cara em 17 capitais brasileiras. A conclusão é da Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos, um levantamento divulgado mensalmente pelo Departamento Interministerial de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), junto com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). A única capital onde o preço médio não variou foi João Pessoa. Nas demais capitais, houve queda.

A elevação mais importante ocorreu em Maceió, onde o custo médio da cesta variou 3,19%.

Em seguida, aparecem Belo Horizonte, com aumento de 1,58%; Salvador (1,55%); Brasília (1,54%); e Teresina (1,39%).

As quedas mais expressivas foram observadas na região norte do país, com Porto Velho liderando a lista (-3,60%), seguida por Boa Vista (-2,55%), Rio Branco (-1,54%) e Manaus (-1,43%).

Um dos principais responsáveis pelo aumento no preço da cesta foi a carne bovina de primeira, que subiu em 25 das 27 capitais. Segundo os responsáveis pela pesquisa, a alta no preço da carne pode ser explicada pelo aquecimento da demanda

interna e externa e pela oferta restrita do produto.

A batata também apresentou alta em todas as capitais, com exceção de Porto Alegre, onde o preço do produto caiu 3,57%. No Rio de Janeiro o aumento chegou a 24,10%. Esse aumento pode ser explicado pelas chuvas e pelo fim da colheita.

A cesta básica mais cara do país continua a ser a de São Paulo, onde o custo médio chegou a R\$ 845,95, seguida por Florianópolis (R\$ 801,29), Rio de Janeiro (R\$ 792,06) e Cuiabá (R\$ 791,29). Nas cidades do Norte e do Nordeste, onde a composição da cesta é diferente, os me-

nores valores médios foram registrados em Aracaju (R\$ 539,49), Maceió (R\$ 589,69), Porto Velho (R\$ 592,01) e Recife (R\$ 596,10).

Com base na cesta mais cara do país, que em dezembro foi a de São Paulo, e levando em consideração a determinação constitucional que estabelece que o salário-mínimo deve ser suficiente para suprir as despesas com alimentação, moradia, saúde, educação, vestuário, higiene, transporte, lazer e previdência, o Dieese estimou que o salário-mínimo em dezembro deveria ser de R\$ 7.106,83 ou 4,68 vezes o mínimo de R\$ 1.518,00.

FGV

IGP-DI de dezembro sobe 0,10% e fecha 2025 com queda de 1,20%

DANIELA AMORIM

O Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI) registrou alta de 0,10% em dezembro, após uma elevação de 0,01% em novembro, divulgou ontem a Fundação Getúlio Vargas (FGV).

O resultado do indicador ficou dentro do intervalo das previsões do mercado financeiro, que estimavam desde uma queda de 0,10% a alta de 0,20%,

com mediana positiva de 0,02%, de acordo com as instituições ouvidas pelo Projeções Broadcast.

Com o resultado, o IGP-DI acumulou um recuo de 1,20% no ano de 2025. As previsões iam de redução de 1,40% a 0,01%, com mediana negativa de 1,25%.

A FGV informou ainda os resultados dos três indicadores que compõem o IGP-DI. O Índice de Preços ao Produtor Amplo

(IPA-DI) avançou 0,03% em dezembro, ante recuo de 0,11% em novembro. O Índice de Preços ao Consumidor (IPC-DI) subiu 0,28% em dezembro, ante alta também de 0,28% em novembro. Já o Índice Nacional de Custo da Construção (NCC-DI) desacelerou para 0,21% em dezembro, após aumento de 0,27% em novembro.

O período de coleta de preços para o índice de dezembro foi do dia 1º ao dia 31 do mês.

NÚCLEO DO IPC-DI

O núcleo do Índice de Preços ao Consumidor - Disponibilidade Interna (IPC-DI) subiu 0,33% em dezembro, após elevação de 0,31% em novembro. O núcleo do IPC-DI é usado para mensurar tendências e calculado a partir da exclusão das principais quedas e das mais expressivas altas de preços no varejo. Ainda de acordo com a FGV, o núcleo acumulou uma elevação de 4,38% no ano de 2025.

CONSUMIDOR

Confiança sobe 0,4 ponto em dezembro, mostra pesquisa Ipsos

CAROLINE ARAGAKI/AE

O índice de confiança do consumidor medido pela Ipsos, com base em dados de 30 países, subiu 0,4 ponto em dezembro, para 53,2 pontos, acima da média global que alcançou 49,4

pontos. O desempenho do Brasil reflete um ambiente doméstico relativamente mais resiliente, segundo o instituto.

"A combinação de um mercado de trabalho mais aquecido, com níveis historicamente baixos de desemprego, e sinais de

maior estabilidade econômica ajuda a sustentar essa percepção", afirma o CEO da Ipsos, Marcos Calliari.

Ele pondera que o movimento ainda não marca uma virada estrutural, considerando que o consumidor segue

atento aos desdobramentos econômicos e fiscais para os próximos meses.

Em dezembro o Brasil ocupou o nono maior índice de confiança entre os 30 países estudados, ante oitavo maior no mês de novembro.



PESQUISA

IBGE: indústria se mantém estável desde abril de 2025

CRISTINA INDIO DO BRASIL/ABRASIL

A indústria apresenta um comportamento de estabilidade há alguns meses, operando dentro de um mesmo patamar, especialmente desde abril de 2025. A conclusão é de André Macedo, gerente da Pesquisa Industrial Mensal do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgada ontem.

Segundo Macedo, a estabilidade da produção industrial, com o registro de 0% em novembro de 2025, é o melhor resultado desde 2023, considerando apenas os meses de novembro, quando apresentou avanço de 1,1% naquele momento. Em novembro de 2024 houve queda de 0,7%.

“Quando a gente observa os resultados da série histórica, tem um primeiro trimestre com um avanço mais importante, inclusive culminando com um crescimento na margem da série mais elevada do ano, que foi o resultado de março com 1,8% de crescimento”, afirmou, em entrevista virtual para a apresentação dos dados, acrescentando que, após esta fase, o setor industrial experimentou o movi-

mento de perda inicial para abril e maio e ficou girando neste patamar.

Para o gerente, o movimento de maior dinamismo para o setor industrial guarda relação importante com uma política monetária mais restritiva, principalmente, em um cenário de taxa de juros mais elevada e aperto monetário que envolve operações de crédito, encarecendo as condições e o acesso ao crédito.

“Esse movimento é muito associado à política monetária, muito ligado ao aumento da taxa de juros. E explica esse comportamento de menor intensidade que a gente vem observando para a produção industrial nos últimos meses”, afirmou.

Segundo Macedo, não por acaso, é o sexto mês no ano de 2025 que o resultado fica muito próximo da margem. Ele lembrou que em janeiro a produção industrial ficou em 0,1%, houve estabilidade em fevereiro, 0,1% positivo no mês de junho, -0,1% em julho, 0,1% positivo de outubro e esse resultado de variação nula observado em novembro.

Apesar desse comportamento que guarda relação importante com as questões ligadas à política monetária, a economia

tem registrado outros resultados favoráveis. “Ainda tem um campo positivo no aspecto doméstico que é um mercado de trabalho ainda muito robusto, com aumento da massa de rendimentos, nível de ocupação em patamares elevados e taxa de desocupação em patamares baixos”, observou.

Macedo destacou, ainda, que o desempenho impulsiona de alguma forma a economia doméstica e consequentemente o setor industrial, embora todo esse movimento de menor intensidade que marca a produção industrial tenha como pano de fundo a política monetária mais restritiva e o avanço na taxa de juros.

“Isso fica muito evidente com esse comportamento do setor industrial girando em torno do mesmo patamar desde julho”, finalizou.

SETORES

A pesquisa mostrou resultados negativos nos setores de veículos automotores, rebocos e carrocerias (-1,6%), de produtos químicos (-1,2%), de produtos alimentícios (-0,5%) e de bebidas (-2,1%).

O setor de produtos farmacêuticos e farmacêuticos foi o

que provocou o principal impacto na média da indústria, com alta de 9,8%. Houve influências positivas significativas também em impressão e reprodução de gravações (18,3%), produtos de minerais não metálicos (3%) , produtos de metal (2,7%), máquinas e equipamentos (2,0%) e metalurgia (1,8%).

Nas grandes categorias econômicas com o recuo de 2,5% na comparação com o mês anterior, na série com ajuste sazonal, os bens de consumo duráveis registraram taxa negativa mais elevada em novembro de 2025, o que eliminou parte do avanço de 2,8% obtido em outubro.

Ao apresentar queda de 0,6%, o setor produtor de bens intermediários teve o terceiro mês consecutivo de recuo na produção e no período acumulou perda de 1,8%.

Em posição contrária, os segmentos de bens de capital (0,7%) e de bens de consumo semi e não duráveis (0,6%) tiveram desempenho melhor em novembro de 2025. Conforme a pesquisa, o de bens de capital cresceu 2,1% em três meses seguidos e o de bens de consumo semi e não duráveis acumulou avanço de 1,5% no período outubro/novembro de 2025.

por até R\$ 300.

Para o secretário de Aviação Civil, Daniel Longo, houve um aumento de competitividade no setor aéreo brasileiro. “Nosso objetivo tem sido estimular a realização de investimentos e atrair novas empresas para o nosso mercado. Isso se traduz em passagens mais acessíveis e em mais brasileiros podendo voar”.

CRÉDITO

Governo anuncia R\$ 10 bilhões para a compra de caminhões

PEDRO RAFAEL VILELA/ABRASIL

O vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Geraldo Alckmin, lançou ontem o programa Move Brasil, que vai oferecer financiamento com taxas de juros mais baixas para empresas de transporte rodoviário de carga, cooperativas e caminhoneiros autônomos. O estímulo à renovação da frota deverá atender a critérios de sustentabilidade dos veículos e conteúdo local.

De acordo com o governo, o programa disponibilizará R\$ 10 bilhões de crédito, entre recursos do Tesouro Nacional (R\$ 6 bilhões) e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), responsável por operar todas as linhas de crédito do Move Brasil. Desse total, R\$ 1 bilhão é reservado exclusivamente a caminhoneiros autônomos e cooperados.

Em dezembro, o governo já havia publicado medida provisória que autoriza a destinação de recursos para as linhas de crédito de renovação da frota de caminhões. Por portaria, o MDIC definiu os critérios de conteúdo local, sustentabilidade e reciclagem para concessão dos financiamentos. Já o Conselho Monetário Nacional (CMN) estabeleceu as condições financeiras das operações, incluindo juros, prazos e carência, com vantagens especiais a quem entregar veículo antigo para desmonte.

“Isso é importante para o meio ambiente, para a saúde pública e para a economia, porque retira de circulação veículos antigos que poluem mais, coloca nas rodovias veículos novos e mais seguros e ajuda a segurar emprego e estimular a indústria e o comércio nacional”, afirmou Alckmin durante visita a uma concessionária de caminhões, em

Brasília. O vice-presidente estava acompanhado do presidente e CEO da Volkswagen Caminhões e Ônibus, Roberto Cortes.

De acordo com o Ministério da Fazenda, a medida não terá impacto fiscal primário, já que os financiamentos são reembolsáveis, não contam com garantia da União e têm risco de crédito assumido pelas instituições financeiras participantes. O valor máximo de financiamento é de R\$ 50 milhões por beneficiário.

Segundo a regulamentação aprovada pelo CMN, o prazo de reembolso pode chegar a 60 meses, haverá carência de até seis meses para o pagamento da primeira parcela, não é permitida a capitalização de juros durante o período de carência e os pedidos de financiamento poderão ser protocolados até 30 de junho de 2026.

A fabricação do caminhão a ser adquirido deverá ser pelo menos de 2012 em diante. O programa prevê ainda condições mais favoráveis de juros para caminhões movidos a eletricidade ou biometano, que costumam ter custo mais elevado do que os modelos a diesel.

Sobre a concessão de vantagens para aqueles encaminharem o veículo antigo para desmonte, o programa estabelece algumas regras, como veículo em condições de rodagem, possuir licenciamento regular relativo ao ano de 2024 ou posterior e ter data de emplacamento original superior a vinte anos.

Também há regras para a baixa definitiva no órgão de trânsito e envio à empresa de desmontagem. O beneficiário do financiamento deverá se comprometer a entregar à instituição financeira, no prazo de até 180 dias, a certidão de baixa do registro do veículo e nota fiscal de entrada na montadora.

AVIAÇÃO

Preço médio das passagens aéreas registra queda de 20% em novembro

ABRASIL

Um levantamento do Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), com base nos dados da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), mostram que o preço médio das passagens aéreas no Brasil caíram 20% no mês de novembro. No mesmo mês em 2024, a passagem nacional custava em média R\$ 758,87. Em 2025, esse valor caiu para R\$ 607,85.

Segundo o ministro de Por-

tos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, a redução do preço médio das passagens se deu em virtude do custo do combustível dos aviões, que foi menor. “Essa queda consistente ao longo dos últimos anos é fruto do trabalho intenso do Ministério em pautas sensíveis ao setor e em conjunto com a Petrobras para a redução do custo do querosene de aviação (QAv), que representa cerca de 35% dos gastos das companhias aéreas”.

O mesmo levantamento mostra que os bilhetes vendidos a menos de R\$ 300 em 2025 correspondem a 28,2% de todas as passagens vendidas. Apenas 6% das passagens foram vendidas acima de R\$1.500. Em comparação com o ano anterior, 10% das passagens foram vendidas acima de R\$1.500 e 17% dos bilhetes aéreos foram comercializados

IRMÃOS NETO PARTICIPAÇÕES E ADMINISTRAÇÃO LTDA
CNPJ: 29.171.279/0001-58

Edital de Convocação - Reunião de Sócios: São convidados os senhores cotistas da Irmãos Neto Participações e Administração Ltda., para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária de sócios cotistas, no endereço Avenida Almirante Barroso, 02, GR de salas 301/303, Centro/RJ, CEP: 20.031-002, no dia 15/01/2026, às 15:00hs, ou em formato virtual, através de Link a ser disponibilizado via e-mail e grupos de aplicativos de mensagens instantâneas, para as seguintes ordens do dia: 1. Autorização para distribuição de lucros acumulados; e, 2. Assuntos gerais. RJ, 07/01/2026. Antonio Ferreira Jorge Neto - Diretor Presidente

GIN PARTICIPAÇÕES E ADMINISTRAÇÃO LTDA
CNPJ 00.619.948/0001-20

Edital de Convocação - Reunião de Sócios: São convidados os senhores cotistas da Gin Participações e Administração Ltda., para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária de sócios cotistas, no endereço Avenida Almirante Barroso, nº 02, GR de Salas 301/303, Centro/RJ, CEP 20031-002, no dia 15/01/2026, às 11:00hs, ou em formato virtual, através de Link a ser disponibilizado via e-mail e grupos de aplicativos de mensagens instantâneas, para as seguintes ordens do dia: a) autorização para distribuição de lucros acumulados; e, b) Assuntos Gerais. RJ, 07/01/2026. Antônio Ferreira Jorge Neto - Diretor Presidente.

RECREIO VEÍCULOS S/A
CNPJ: 39.531.199/0001-10 - NIRE: 33.3.0030495-9

Ata da AGE de 16/12/25: I – Hora e local: Às treze horas e trinta minutos, em ambiente virtual, conforme disposto no §3º, do Art. 12, do Estatuto Social da Cia, através do programa GOOGLE MEET. **II – Convocação e presenças:** Dispensada a publicação de editais de convocação, nos termos do Art. 124, §4º, da Lei n. 6.404/76 (Lei das S/A), pois presentes os acionistas da Cia. representando a totalidade do capital social. **III – Mesa:** Presidente: Braulio José Tanus Braz; Secretária: Daniela Braz Tambasco Mendes. **IV – Ordem do dia:** Deliberar sobre a proposta de distribuição de dividendos aos acionistas da Cia, utilizando-se de saldos de Lucros Acumulados e da Reserva Estatutária. **V - Deliberações tomadas por unanimidade:** Instalada a Assembleia e após exame e discussão da matéria constante da Ordem do Dia, os acionistas, sem qualquer condição ou ressalva, com fulcro nos Artigos 194 c/c 201, da Lei n. 6.404/76, bem como no art. 26, inciso II, alínea b, do Estatuto Social da Cia., aprovaram a distribuição de dividendos no valor global de R\$ 14.400.000,00, conforme balanço levantado na data de 30/09/25 para este fim, utilizando-se de saldos de Lucros Acumulados e da Reserva Estatutária, na proporção da participação detida por cada um no capital social da Cia. Os dividendos serão pagos aos acionistas nos anos de 2026 a 2028, em conformidade ao estabelecido na §2º, da Cláusula 27, do Estatuto da Sociedade, da seguinte forma: i) no ano de 2026, será pago o valor total de R\$ 4.500.000,00, sendo: a) o valor de R\$ 2.197.043,00 ao acionista J. L. Braz Participações S/A.; b) o valor de R\$ 1.189.238,00 ao acionista Braulio Braz Participações S/A.; c) o valor de R\$ 602.352,00 ao acionista G. T. Braz Participações S/A.; e, d) o valor de R\$ 511.367,00 ao acionista D. A. Tambasco Participações S/A.; ii) no ano de 2027, será pago o valor total de R\$ 4.500.000,00, sendo: a) o valor de R\$ 2.197.043,00 ao acionista J. L. Braz Participações S/A.; b) o valor de R\$ 1.189.238,00 ao acionista Braulio Braz Participações S/A.; c) o valor de R\$ 602.352,00 ao acionista G. T. Braz Participações S/A.; e, d) o valor de R\$ 511.367,00 ao acionista D. A. Tambasco Participações S/A.; e, iii) no ano de 2028, será pago o valor total de R\$ 5.400.000,00, sendo: a) o valor de R\$ 2.636.453,00 ao acionista J. L. Braz Participações S/A.; b) o valor de R\$ 1.427.085,00 ao acionista Braulio Braz Participações S/A.; c) o valor de R\$ 722.822,00 ao acionista G. T. Braz Participações S/A.; e, d) o valor de R\$ 613.640,00 ao acionista D. A. Tambasco Participações S/A. Fica autorizada a administração da Cia. a, desde já, contabilizar a respectiva parcela da "Reserva Estatutária" e dos "Lucros Acumulados" como "Dividendos a Pagar". **VI – Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ata que poderá ser publicada com omissão das assinaturas dos acionistas presentes, conforme o disposto no art. 130, §2º, da Lei 6.404/76, a qual foi lida, aprovada por todos e assinada. RJ/RJ, 16/12/25. Jucerja nº 7387031 em 22/12/25.

SGA VEÍCULOS E PEÇAS S/A
CNPJ: 36.152.916/0001-04 - NIRE: 33.3.0030420-7

Ata da AGE de 16/12/25: I – Hora e local: Às quinze horas, em ambiente virtual, conforme disposto no §3º, do Art. 12, do Estatuto Social da Cia, através do programa GOOGLE MEET. **II – Convocação e presenças:** Dispensada a publicação de editais de convocação, nos termos do Art. 124, §4º, da Lei n. 6.404/76 (Lei das S/A), pois presentes os acionistas da Cia. representando a totalidade do capital social. **III – Mesa:** Presidente: Braulio José Tanus Braz; Secretária: Daniela Braz Tambasco Mendes. **IV – Ordem do dia:** Deliberar sobre a proposta de distribuição de dividendos aos acionistas da Cia, utilizando-se de saldos de Lucros Acumulados e da Reserva Estatutária. **V - Deliberações tomadas por unanimidade:** Instalada a Assembleia e após exame e discussão da matéria constante da Ordem do Dia, os acionistas, sem qualquer condição ou ressalva, com fulcro nos Artigos 194 c/c 201, da Lei n. 6.404/76, bem como no art. 26, inciso II, alínea b, do Estatuto Social da Cia., aprovaram a distribuição de dividendos no valor global de R\$ 6.750.000,00, conforme balanço levantado na data de 30/09/25 para este fim, utilizando-se de saldos de Lucros Acumulados e da Reserva Estatutária, na proporção da participação detida por cada um no capital social da Cia. Os dividendos serão pagos aos acionistas nos anos de 2026 a 2028, em conformidade ao estabelecido na §2º, da Cláusula 27, do Estatuto da Sociedade, da seguinte forma: i) no ano de 2026, será pago o valor total de R\$ 1.750.000,00, sendo: a) o valor de R\$ 706.422,00 ao acionista J. L. Braz Participações S/A.; b) o valor de R\$ 560.915,00 ao acionista Braulio Braz Participações S/A.; c) o valor de R\$ 273.352,00 ao acionista G. T. Braz Participações S/A.; e, d) o valor de R\$ 209.311,00 ao acionista D. A. Tambasco Participações S/A.; ii) no ano de 2027, será pago o valor total de R\$ 2.500.000,00, sendo: a) o valor de R\$ 1.009.174,00 ao acionista J. L. Braz Participações S/A.; b) o valor de R\$ 801.308,00 ao acionista Braulio Braz Participações S/A.; c) o valor de R\$ 390.503,00 ao acionista G. T. Braz Participações S/A.; e, d) o valor de R\$ 299.015,00 ao acionista D. A. Tambasco Participações S/A.; e, iii) no ano de 2028, será pago o valor total de R\$ 2.500.000,00, sendo: a) o valor de R\$ 1.009.174,00 ao acionista J. L. Braz Participações S/A.; b) o valor de R\$ 801.308,00 ao acionista Braulio Braz Participações S/A.; c) o valor de R\$ 390.503,00 ao acionista G. T. Braz Participações S/A.; e, d) o valor de R\$ 299.015,00 ao acionista D. A. Tambasco Participações S/A. Fica autorizada a administração da Cia. a, desde já, contabilizar a respectiva parcela da "Reserva Estatutária" e dos "Lucros Acumulados" como "Dividendos a Pagar". **VI – Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ata que poderá ser publicada com omissão das assinaturas dos acionistas presentes, conforme o disposto no art. 130, §2º, da Lei 6.404/76, a qual foi lida, aprovada por todos e assinada. Macaé/RJ, 16/12/25. Jucerja nº 7383040 em 19/12/25.



CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA
CELSO SUCKOW DA FONSECA - CEFET/RJ

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 90.064/2025

OBJETO: o objeto da presente licitação é a aquisição de Cimento Portland CP-II-E RS 32, visando atender às necessidades das Uneds Angra dos Reis, Itaguaí, Maracanã, Maria da Graça e Nova Iguaçu do Cefet/RJ, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos. **NÚMERO DO PROCESSO:** 23063.005830/2025-51. **ENTREGA DAS PROPOSTAS:** a partir de 9/1/2026 às 10h (horário de Brasília) no site www.gov.br/compras/pt-br/. **ABERTURA DAS PROPOSTAS:** em 21/1/2026 às 10h (horário de Brasília) no site www.gov.br/compras/pt-br/. **RETIRADA DE EDITAL:** o Edital e seus anexos estarão disponíveis no sistema Portal de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras/pt-br/). Rio de Janeiro, 9 de janeiro de 2026. Ian Rodrigues Marcena - Pregoeiro do Cefet/RJ.

EDITAL DE 1º e 2º PÚBLICOS LEILÕES DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
1º Público Leilão: 23 de Janeiro de 2026 a partir das 09h00
2º Público Leilão: 30 de Janeiro de 2026 a partir das 14h30

MARIA BEATRIZ DE BARROS SANTORO VILELA MORAES, leiloeira oficial inscrita na JUCESP nº 1126, com escritório na Rua Dr. João Marques Maurício, nº 269 - Gramado - Embu das Artes/SP - CEP: 06816-040, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **VERT COMPANHIA SECURITIZADORA**, inscrita no CNPJ sob nº 25.005.683/0001-09, venderá em 1º ou 2º Leilão Público Extrajudicial, nos termos do contrato de empréstimo com pacto adjeto de alienação fiduciária em garantia de bem imóvel com emissão de cédula de crédito imobiliário - CCI, nº 70006297-1, datado em 19/10/2021, o seguinte imóvel em lote único: Apartamento 107 do edifício com o nº 555 pela Rua Marechal José Bevilacqua, Freguesia De Jacarepaguá, com direitosa 01 vaga de garagem e a correspondente fração ideal de 536/41496 do terreno designado por lote 01 do PAL 43.675 que mede: 45,00m de frente pela Rua Marechal José Bevilacqua, nos fundos, por onde é atingido por faixa “non aedificandi”, com 32,00m de largura total, sendo 16,00m para cada lado centrada a partir do eixo do Rio Tindiba, mede 16,80m mais 3,70m aprofundando o terreno no sentido dos fundos para a frente e configurando com a medida anterior um ângulo obtuso interno mais 27,00m alargando o terreno mais 12,80m configurando com a medida anterior um angulo obtuso interno; à direita mede 53,00m mais 18,00m alargando o terreno, configurando com a medida anterior um angulo obtuso externo, 54,30m à esquerda, confrontando à direita com propriedade de Antônio Alberto e Manoel Aleixo, à esquerda com o lote 16 do PAL 30.024 de Acacio Faustino Pereira e nos fundos com parte do lote 01, com o lote 02 ambos de Silvio José Segundo e parte com terreno de José Cruz (lote 11 do PAL 10918). Matrícula nº 227.176 do 9º Cartório Oficial de Registro de Imóveis do Rio de Janeiro/RJ. Cadastrado na Prefeitura Municipal sob nº 2053093-7, CL 052191. **1º PÚBLICO LEILÃO com lance mínimo igual ou superior ao VALOR: R\$ 351.305,98 (trezentos e cinquenta e um mil, trezentos e cinco reais e noventa e oito centavos).** **2º PÚBLICO LEILÃO com lance mínimo igual ou superior ao VALOR: R\$ 306.859,19 (trezentos e seis mil, oitocentos e cinquenta e nove reais e dezenove centavos).** O arrematante pagará à vista, o valor da arrematação, 5% de comissão do leiloeiro e arcará com despesas cartoriais, impostos de transmissão para lavratura e registro de escritura, e com todas as despesas que vencerem a partir da data de arrematação. **O imóvel será entregue no estado em que se encontra. Venda ad corpus. Imóvel ocupado, desocupação a cargo do arrematante, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97.** Ficam os **Devedores Fiduciários LUCIO BASTOS PONTES**, identidade do M. Ex. nº 041.995.464-9, CPF nº 025.378.557-01, declara conviver em união estável sob o regime da comunhão parcial de bens com **ROSANGELA CARDOSO DE OLIVEIRA**, CNH nº 06893915464-Detran/DF, CPF nº 042.474.047-84, intimados das datas dos leilões pelo presente edital. Leilão online, os interessados deverão obrigatoriamente, tomar conhecimento do edital completo através da Loja SOLD (sold.superbid.net) e no SUPERBID EXCHANGE (www.superbid.net).

Informações: (11) 4950-9602 - Rua Henrique Monteiro, nº 125 - 2º andar - Pinheiros, São Paulo - SP | CEP: 05423-020.

CORRENTE COMERCIAL

Balança fecha 2025 com superávit de US\$ 15,9 bilhões

A balança comercial do Estado do Rio de Janeiro encerrou 2025 com superávit de US\$ 15,9 bilhões, consolidando um desempenho expressivo no comércio exterior. No período, a corrente comercial fluminense (soma de importações e exportações) alcançou US\$ 80,2 bilhões, o maior valor da série histórica iniciada em 2015. Desse total, US\$ 48,1 bilhões corresponderam às exportações e US\$ 32,2 bilhões às importações. Os dados foram apurados pelo Comex Stat, sistema oficial do Ministério da Economia para consulta e extração de informações do comércio exterior

brasileiro. Em 2025, o Estado do Rio foi responsável por 14% das exportações e 11% das importações do país, mantendo-se na segunda posição no ranking nacional das exportações e na terceira colocação entre os maiores importadores brasileiros. “O resultado da nossa balança comercial em 2025 evidencia a relevância do Rio de Janeiro no cenário nacional e a capacidade do estado de competir em nível global. Ampliar nossa presença nas cadeias globais de produção significa impulsionar o desenvolvimento econômico, gerar empregos de qualidade e promover um crescimento sustentável que se

traduza em mais oportunidades e melhor qualidade de vida para a população fluminense”, disse o governador Cláudio Castro. O petróleo manteve-se como o principal produto da pauta exportadora fluminense em 2025, respondendo por 78,9% das exportações do estado e movimentando US\$ 37,9 bilhões. O setor siderúrgico também teve papel de destaque, com embarques que somaram US\$ 1,9 bilhão ao longo do ano. No cenário internacional, a China se consolidou como o principal parceiro comercial do Rio de Janeiro, com uma corrente comercial de US\$ 19,9 bilhões, seguida pelos Estados Unidos, que registraram US\$

16,1 bilhões. Completam a lista dos parceiros estratégicos do estado no ano passado Singapura, França e Espanha, reforçando a diversificação das relações comerciais fluminenses. “Apesar do cenário internacional adverso e das dificuldades geopolíticas, a corrente comercial fluminense continuou crescendo, batendo recordes e alcançando o maior patamar da série histórica. O resultado reflete o olhar e as ações do governo para garantir a produtividade e a competitividade das empresas fluminenses no exterior”, observou o secretário de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços, Vinicius Farah.

DÉBITOS

Arrecadação da Dívida Ativa ultrapassa R\$ 1,9 bi

O Estado do Rio de Janeiro registrou em 2025 a maior arrecadação de débitos inscritos na Dívida Ativa desde o início da série histórica, em 2007. Segundo a Procuradoria Geral do Estado (PGE-RJ), o total arrecadado ultrapassou R\$ 1,9 bilhão. Houve crescimento recorde de aproximadamente 42% em relação a 2024. Nos últimos dois anos, o aumento foi de 118%.

De acordo com a Procuradoria da Dívida Ativa da PGE-RJ, a arrecadação saltou de R\$ 1.355.256.457,45, em 2024, para R\$ 1.920.311.170,53 no ano passado. Já em 2023, foi registrado total de R\$ 885.154.358,08. O procurador-geral do Estado, Renan Saad, destacou que o bom resultado aconteceu, entre outros fatores, pelos investimentos em tecnologias

que tornaram mais rápidos os processos de execução de dívidas. “O resultado de 2025 se deve ainda ao comprometimento e qualificação de toda a equipe da Procuradoria da Dívida Ativa, sem esquecer o compromisso da PGE-RJ em buscar o consenso e evitar a judicialização”, afirmou Renan Saad. Segundo o procurador-chefe

da Procuradoria da Dívida Ativa da PGE-RJ, Paolo Henrique Spilotos Costa, as projeções para o fechamento de 2025 foram superadas: a previsão era fechar 2025 com aumento de 35% em relação a 2024. “O resultado, porém, superou nossa projeção, chegando a 42% de crescimento, o que demonstra que estamos no caminho certo”, acrescentou.

ESPECIAL

Pastagens degradadas expõem gargalo do agronegócio e desafio estratégico para o futuro da produção

POR BÁRBARA SOUZA

As pastagens degradadas ocupam, atualmente, um lugar central no debate sobre o futuro do agronegócio brasileiro. Muito além de um problema restrito à pecuária extensiva, em que o gado é criado solto em grandes áreas de pastagem, elas revelam um gargalo estrutural que afeta produtividade, competitividade e sustentabilidade em uma das cadeias mais relevantes da economia nacional. Levantamentos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e do Atlas das Pastagens, desenvolvido pelo Laboratório de Processamento de Imagens e Geoprocessamento da Universidade Federal de Goiás, indicam que o Brasil possui cerca de 177 milhões de hectares de pastagens. Desse total, aproximadamente 40% apresentam algum grau de degradação moderada, enquanto cerca de 20% já se encontram em estado severo. Na prática, isso significa menor capacidade de suporte animal, queda na produção de carne e leite e aumento da pressão por abertura de novas áreas. Estudos recentes mostram que cerca de 28 milhões de hectares de pastagens degradadas no país têm alto potencial para recuperação e conversão em áreas agrícolas produtivas, especialmente para grãos. Segundo dados divulgados por órgãos do governo federal, essa área poderia representar um crescimento expressivo da produção sem necessidade de avançar sobre biomas sensíveis, como a Amazônia e o Cerrado. O desafio, porém, está no custo e na escala dessa transformação. Estimativas da Fundação Getúlio Vargas (FGV) apontam que a recuperação integral das pastagens degradadas brasileiras exigiria investimentos superiores a R\$ 380 bilhões, considerando a adoção de tecnologias adequadas de manejo e correção do solo. O problema não é exclusivo do Brasil. Relatórios internacionais indicam que en-



GOVERNO MATO GROSSO DO SUL/DIVULGAÇÃO XXX

tre 14% e 17% das pastagens do mundo já apresentam sinais de degradação. A Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação alerta que até metade das pastagens naturais globais sofreu algum nível de comprometimento, afetando diretamente a segurança alimentar e a renda de milhões de produtores rurais. No contexto do agronegócio brasileiro, as causas da degradação são conhecidas: manejo inadequado, superpastejo, ausência de adubação, compactação do solo e, cada vez mais, os efeitos das mudanças climáticas, como secas prolongadas e chuvas intensas concentradas em curtos períodos. Esses fatores reduzem a fertilidade do solo, aceleram processos erosivos e comprometem a resiliência das áreas produtivas. Diante desse cenário, a recuperação de pastagens passou a ser vista como uma das principais oportunidades de ganho de eficiência do agronegócio. Programas como o Plano ABC, voltado à agricultura de baixa emissão de carbono, demonstram que práticas como rotação de pastagens, integração lavoura-pecuária e correção do solo podem aumentar a produtividade e, ao mesmo tempo, reduzir emissões de gases de efeito estufa. Mais do que uma questão ambiental, as pastagens degradadas expõem um ponto-chave para a competitividade do agronegócio brasileiro. Transformar áreas improdutivas em terras eficientes é um passo decisivo para produzir mais, com menor impacto, e sustentar o protagonismo do país no cenário global de alimentos.

ESTUDO

Maior parte da costa é vulnerável a mudanças climáticas

ALANA GANDRA/ABRASIL

A maior parte da costa do estado do Rio de Janeiro pode sofrer com as consequências das mudanças do clima. A conclusão é de um estudo da Universidade Federal Fluminense (UFF) que calcula 60% do litoral com vulnerabilidades médias e elevadas, o que indica riscos de inundações e de erosão causada por ondas. A pesquisa foi desenvolvida pelo doutorando do Programa de Pós-Graduação em Dinâmica dos Oceanos e da Terra Igor Rodrigues Henud, com orientação do professor Abílio Soares. Segundo Henud, soluções naturais, como a restauração de ecossistemas e a ampliação de áreas protegidas, podem ser eficazes para enfrentar os impactos climáticos. “O intuito foi mostrar que existem regiões e populações vulneráveis. Só que a vegetação e os habitats naturais, englobando dunas, restingas, manguezais e mata atlântica ainda exercem uma influência positiva nessa proteção e, por isso, eles precisam ser preservados”, disse Igor Henud. Reconhecendo essa influência positiva, o estudo defende a implementação de soluções baseadas na natureza como a estratégia mais eficaz para enfrentar os desafios impostos pelas mudanças climáticas. Isso envolve a restauração de ecossistemas, o manejo adaptativo do território e a proteção de habitats naturais. Além de reduzir riscos, essa estratégia oferece benefícios adicionais, como a melhoria da qualidade da água, a mitigação de poluentes atmosféricos e o aumento da resiliência a desastres.

Henud e o professor Abílio Simões chegaram a essa conclusão utilizando metodologia desenvolvida por uma universidade nos Estados Unidos, que reúne variáveis ambientais e socioeconômicas. Foram coletadas várias informações, como dados da Marinha sobre ventos e ondas, dados globais de profundidade dos oceanos, dados de plataforma continental e de vegetação, inseridas depois no software InVEST, que simula o que acontece naturalmente, informou Henud. Os resultados indicam que a supressão contínua de habitats naturais intensifica os riscos ambientais e amplia a exposição do estado do Rio de Janeiro a desastres de maior magnitude no futuro. Com cerca de 1.160 quilômetros de extensão, a zona costeira fluminense abriga 33 municípios e concentra aproximadamente 83% da população do estado, configurando-se como um território ao mesmo tempo sensível e fundamental para o desenvolvimento socioeconômico. Essa faixa enfrenta pressão crescente da urbanização desordenada, do turismo de massa e da exploração econômica intensiva, fatores que aceleram a degradação ambiental e comprometem a capacidade de resposta aos eventos extremos.

Inea atualiza Cadastro de Áreas Contaminadas e Reabilitadas

O Instituto Estadual do Ambiente (Inea) encerrou o ano de 2025 com uma entrega estratégica para a gestão ambiental fluminense: a atualização do Cadastro de Áreas Contaminadas e Reabilitadas do Estado do Rio de Janeiro (CACR-RJ). “A atualização é importantíssima. Quanto mais abrangentes e transparentes forem as nossas políticas, maior será o avanço neste setor que exige esforços contínuos. Sem dúvida, essa nova edição vem para nos fortalecer”, destacou o secretário do Ambiente e Sustentabilidade, Bernardo Rossi. Mais do que uma listagem administrativa, o CACR-RJ consolida-se como uma ferramenta essencial de gerenciamento, planejamento e transparência pública, reunindo informações técnicas fundamentais para o acompanhamento dos passivos ambientais no território estadual. A nova edição amplia a abrangência e a qualificação dos dados disponíveis, incorporando duas categorias estratégicas para o monitoramento ambiental. A DE vazadouros municipais, com mapeamento atualizado das áreas utilizadas para a disposi-

ção irregular de resíduos sólidos, e as áreas de acidentes químicos, que mostram locais onde ocorreram acidentes envolvendo produtos químicos perigosos que demandaram atendimento emergencial por parte do Inea. Com a base de dados fortalecida ao longo de 2025, o Inea já definiu metas estratégicas para o próximo ciclo. A principal entrega prevista para 2026 é o Relatório Diagnóstico de Áreas Contaminadas e Reabilitadas do Estado do Rio de Janeiro. O documento será elaborado em cumprimento à Resolução Conama 420/2009 e à Resolução Inea 309/2024, com o objetivo de apresentar um panorama técnico detalhado que subsidie a formulação de políticas públicas mais eficientes e oriente ações de remediação ambiental de forma ainda mais assertiva em todo o território estadual. O trabalho contínuo da equipe técnica do Inea reafirma o compromisso da instituição com a prestação de um serviço público de excelência, garantindo que o desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro avance de forma integrada à segurança ambiental e à proteção da população.

DESCANSO

Ministro da Justiça entrega carta de demissão ao presidente

PEDRO RAFAEL VILELA/ABRASIL

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, entregou ontem uma carta com pedido de demissão ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Magistrado aposentado do Supremo Tribunal Federal (STF), ele assumiu a pasta em fevereiro de 2024 e deixará o cargo com quase dois anos de gestão, justificando que questões pessoais e familiares o levaram a tomar a decisão.

A demissão, que era especulada há várias semanas na imprensa, deverá ser publicada na próxima edição do Diário Oficial da União. Pela manhã, Lewandowski participou de sua última agenda pública ao lado do presidente, no evento que marcou os três anos da trama golpista. Em seu lugar, assumirá de forma interina o secretário-executivo da pasta, Manoel Almeida.

"Tenho a convicção de que exerci as atribuições do cargo com zelo e dignidade, exigindo de mim e de meus colaboradores o melhor desempenho possível em prol de nossos administrados, consideradas as limitações políticas, conjunturais e orçamentárias das circunstâncias pelas quais passamos", escreveu Lewandowski na carta, em que também agradeceu a Lula pela oportunidade de servir ao país mesmo após ter se aposentado do STF.

Responsável por uma ampla gama de atribuições, o MJSP conta com importantes instituições e órgãos vinculados, como Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Departamento Penitenciário Nacional, Secretaria Nacional de Política sobre Drogas e Secretaria Nacional do Consumidor, entre outras.

Lewandowski também se dirigiu aos servidores do ministério em outra carta de despedida, em que faz um balanço das ações de sua gestão. O ministro destacou, por exemplo, o "destravamento" das demarcações de terras indígenas, que ficaram paralisadas no país desde 2018.

PRISÃO

Defesa de Filipe Martins quer PGR atuando no processo

VANESSA ARAUJO/AE

A defesa de Filipe Martins, ex-assessor especial do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), pediu ao ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes que intime a Procuradoria-Geral da República (PGR) a se manifestar sobre a prisão preventiva de Martins. O requerimento foi protocolado na noite de quarta-feira.

Segundo os advogados, a manifestação da PGR é "requisito prévio e indispensável" para a decretação da prisão cautelar, conforme a jurisprudência do próprio STF. "A manifestação da PGR é requisito prévio e indispensável à decretação da prisão cautelar, seguindo o rigoroso escrutínio estabelecido pela jurisprudência deste Supremo Tribunal Federal", afirmaram.

A prisão preventiva de Martins foi decretada por Moraes após a identificação de um suposto acesso do investigado à rede social LinkedIn, conduzida considerada incompatível com as medidas cautelares impostas pela Corte. A defesa, no entanto, sustenta que Martins não utilizava a plataforma

"Entre 2024 e 2025, assinamos 21 portarias declaratórias, garantindo a proteção territorial de diversas comunidades indígenas. O Ministério da Justiça e Segurança Pública assegurou plena segurança jurídica aos processos, o que permitiu a assinatura de cinco decretos de homologação em 2024 e de sete em 2025, todos em estrita conformidade com os marcos legais e constitucionais", escreveu.

Lewandowski apontou também o programa de implantação das câmeras corporais em agentes policiais, que teve adesão de 11 estados e investimentos de R\$ 155,2 milhões em equipamentos. Outro destaque, segundo ele, foi a regulamentação do uso progressivo da força pela polícia, seguida da aquisição e distribuição de armamento de menor potencial ofensivo, que já conta com 21 adesões estaduais.

"Avançamos de forma consistente no controle de armas e munições. Retiramos de circulação 5.600 armas e 298.844 munições e implantamos o novo sistema de gestão e fiscalização de armas de CACs, sob responsabilidade da Polícia Federal, fortalecendo o controle estatal e a rastreabilidade", afirmou Lewandowski.

Outros programas da pasta, como Celular Seguro, Município Mais Seguro e leilão de bens apreendidos pelo crime organizado foram lembrados pelo ministro. No campo dos direitos de crianças e adolescentes, Lewandowski citou a atualização da política de classificação indicativa, com criação da faixa de não recomendado a menores de 6 anos e adequações para o ambiente digital.

A saída de Lewandowski deixará para seu sucessor ou sucessora o desafio de fazer avançar uma das principais apostas do governo federal na área, que é a Proposta de Emenda Constitucional da Segurança Pública, que avançou no Congresso Nacional no fim do ano passado, mas que ainda tem um longo caminho até a aprovação final.

desde 2024, antes da imposição da proibição de uso de redes sociais.

O ex-assessor foi preso em 2 de dezembro, em Ponta Grossa (PR), onde cumpria prisão domiciliar determinada pelo Supremo. Martins foi condenado pelo STF, em 16 de dezembro, a 21 anos e seis meses de prisão por cinco crimes relacionados à tentativa de golpe de estado entre 2022 e 2023. A decisão ainda não transitou em julgado e, por isso, é passível de recurso.

Em 26 de dezembro, Moraes determinou a prisão em regime domiciliar para Martins e outros nove réus do mesmo processo, sob o argumento de risco concreto de fuga.

A decisão teve como pano de fundo o episódio envolvendo o Silvinei Vasques, ex-diretor-geral da Polícia Rodoviária Federal, preso no mesmo dia ao tentar entrar clandestinamente no Paraguai.

Em 29 de dezembro, Moraes havia determinado que a defesa de Martins esclarecesse em até 24 horas uma possível violação das medidas cautelares impostas no âmbito da ação penal sobre a tentativa de golpe.

ATO

Lula veta integralmente o projeto de lei da Dosimetria

PAULA LABOISSIÈRE E PEDRO PEDUZZI/ABRASIL

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (foto) vetou integralmente o Projeto de Lei nº 2.162 de 2023, conhecido como PL da Dosimetria, aprovado em dezembro pelo Congresso Nacional. O texto prevê a redução de penas de condenados pelos atos antidemocráticos de 8 de janeiro e pela tentativa de golpe de estado. Com o veto, o projeto volta para o Congresso.

O anúncio foi feito ontem durante ato, no Palácio do Planalto, que marcou os três anos dos ataques perpetrados por manifestantes apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro que, inconformados com o resultado das eleições, invadiram o Congresso Nacional, o Palácio do Planalto e o Supremo Tribunal Federal (STF).

"Todos eles tiveram amplo direito de defesa, foram julgados com transparência e imparcialidade. E, ao final do julgamento, condenados com base em provas robustas, e não com ilegalidades em série, meras convicções ou (apresentações de) powerpoint fajutas", disse Lula.

"Quero parabenizar a Suprema Corte pela conduta irrepreensível ao longo de todo esse processo. Julgou e condenou no estrito cumprimento da lei. Não se rendeu às pressões, não se amedrontou diante das ameaças. Não se deixou levar por revanchismo. Saiu fortalecida. Sua conduta certamente será lembrada pela história", completou.

PAULA LABOISSIÈRE E PEDRO PEDUZZI/ABRASIL

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, afirmou ontem que crimes cometidos contra o Estado Democrático de Direito são "imprescritíveis e impassíveis de indulto, graça ou anistia, sobretudo quando envolvem grupos civis e militares armados".

Ao participar de ato oficial, no Palácio do Planalto, que marcou os três anos dos ataques perpetrados por manifestantes apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro às sedes dos Três Poderes, em Brasília, o



MARCELO CAMARGO/ABRASIL

Ao citar o poeta hispano-americano George Santayana, Lula concluiu: "Aqueles que não conseguem lembrar o passado estão condenados a repeti-lo. Em nome do futuro, não temos hoje o direito de esquecer o passado. Por isso, não aceitamos nem ditadura civil nem ditadura militar. O que queremos é democracia emanada do povo e para ser exercida em nome do povo".

O PL da Dosimetria determina que os crimes de tentativa de acabar com o Estado Democrático de Direito e de golpe de estado, quando praticados no mesmo contexto, implicarão no uso da pena mais grave em vez da soma de ambas as penas.

O foco do projeto é uma mu-

dança no cálculo das penas, "calibrando a pena mínima e a pena máxima de cada tipo penal, bem como a forma geral de cálculo das penas". O texto reduz também o tempo para progressão do regime de prisão de fechado para semiaberto ou aberto.

Tais mudanças poderiam beneficiar condenados pelo 8 de janeiro, como o ex-presidente Jair Bolsonaro, além dos militares Almir Garnier, ex-comandante da Marinha; Paulo Sérgio Nogueira, ex-ministro da Defesa; Walter Braga Netto, ex-ministro da Casa Civil; e Augusto Heleno, ex-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI).

No caso de Bolsonaro, por

exemplo, condenado a 27 anos e três meses de prisão, caso o projeto de lei não tivesse sido vetado ele teria a pena reduzida para 20 anos, com diminuição do tempo de regime fechado para dois anos e quatro meses. O projeto de lei também reduziria o tempo de progressão de pena para alguns criminosos comuns, segundo especialistas ouvidos pela Agência Brasil.

O Congresso Nacional ainda pode derrubar o veto de Lula. Para isso, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), precisa convocar uma sessão conjunta entre senadores e deputados para realizar uma votação sobre anular ou manter o veto de Lula. (Com agências)

Lewandowski: crimes contra o Estado são impassíveis de indulto ou anistia

ministro alertou ainda que é preciso manter a vigilância em relação a atos que ameacem a democracia.

"Embora entre nós, as próprias instituições republicanas tenham, a muito custo, conseguido debelar a intentona, é preciso ter sempre em mente a célebre advertência de Thomas Jefferson: 'O preço da liberdade é a eterna vigilância'", disse.

"A solenidade de hoje (ontem), que vem sendo repetida todos os anos, tem justamente esse propósito, de recordar a todos que é preciso permanecer unidos e vigilantes em defesa da nossa liberdade, a duras penas

resgatada", completou Lewandowski.

Durante o ato, o vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Geraldo Alckmin, defendeu que aqueles que cometeram crimes devem sofrer punições com rigor. "Se, perdendo as eleições, tentaram um golpe de estado, imagine o que não teriam feito se tivessem vencido as eleições", afirmou.

Ao citar o ex-governador de São Paulo Mário Covas, Alckmin declarou que "homens e mulheres públicos podem ser um pouco mais à direita, um pouco mais à esquerda, um

pouco mais altos, um pouco mais baixos, um pouco mais fortes, um pouco mais fracos. O que diferencia é quem tem apreço pela democracia e quem não o tem".

"Três anos depois do fatídico 8 de janeiro, esse encontro mostra a pujança das instituições brasileiras. Os Três Poderes reagiram de maneira unânime ao 8 de janeiro. O Poder Executivo, o Legislativo e o Judiciário. Boas instituições fazem a diferença. As pessoas passam. As instituições ficam. E as boas instituições ajudam o país para que ele possa avançar", afirmou Alckmin.

Dos 1.399 condenados pelo 8 de Janeiro, apenas 179 continuam presos, afirma o STF

LAVÍNIA KAUCZ/AE

Entre as 1.399 pessoas condenadas por envolvimento com os atos golpistas de 8 de janeiro de 2023, apenas 179 continuam presas, de acordo com relatório divulgado pelo gabinete do ministro Alexandre de Moraes (foto), do Supremo Tribunal Federal (STF). O documento foi divulgado ontem, data que marcou os três anos da invasão e depredação das sedes dos Três Poderes.

Das 179 prisões, 114 são em regime fechado após trânsito em julgado das condenações. Também há 15 prisões preventivas, como a do ex-assessor do ex-presidente Jair Bolsonaro, Filipe Martins, que foi condenado, mas ainda pode apresentar recursos. Entre os presos, 37 cumprem prisão domiciliar, caso do ex-ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) Au-



ROSINEI COUTINHO/STF

gusto Heleno, que recebeu essa autorização por questões de saúde.

Entre os condenados, 29 fazem parte dos núcleos principais da organização criminosa que tentou um golpe de estado entre 2022 e 2023. O Supremo condenou Bolsonaro como líder

dessa organização, que buscava manter o político no poder. Segundo o relatório, 391 foram condenados por crimes graves, como golpe de estado e tentativa de abolição do Estado democrático de direito.

Outros 415 foram responsabilizados por crimes de menor

gravidade: incitação ao crime e associação criminosa. Também há entre os condenados 564 pessoas que confessaram seus crimes e fizeram acordo de não persecução penal com o Ministério Público. Por meio do acordo, os réus se comprometeram a cumprir medidas alternativas à prisão, como prestação de serviços à comunidade e pagamento de multa de R\$ 5 mil reais.

Os dados também mostram que 29,7% dos condenados cumprem penas de até um ano de prisão, 19,7% cumprem penas de oito a 16 anos e 9,5% cumprem penas de 16 a 28 anos. As maiores penas foram impostas aos integrantes do núcleo crucial da trama golpista - entre eles Bolsonaro, o ex-ministro Walter Braga Netto e o deputado cassado Alexandre Ramagem -, condenados em setembro do ano passado.

INSTAGRAM

Justiça manda retirar vídeo que associa PT ao tráfico

JOÃO PEDRO BITENCOURT/AE

A 2ª Vara Cível de Brasília determinou a remoção de um vídeo publicado pelo deputado federal Paulo Bilynskyj no Instagram que associa o Partido dos Trabalhadores (PT) ao narcotráfico. A decisão, em caráter liminar, foi proferida pelo juiz Carlos Eduardo Batista dos Santos e atende a pedido do partido, que alegou violação à sua honra e à sua imagem institucional. O conteúdo foi publicado no perfil oficial do deputado na plataforma. No vídeo, Bilynskyj afirma que o narcotráfico na América Latina financiaria partidos de esquerda, incluindo o PT e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A legenda da publicação dizia: "O narcotráfico da América Latina financia o PT, Lula tem que ser preso!". A postagem foi feita após a repercus-

são internacional da ação dos Estados Unidos na Venezuela, que depôs o presidente Nicolás Maduro do poder. Ao analisar o pedido de urgência, o juiz entendeu que o vídeo ultrapassa os limites da crítica política e faz acusações de crimes sem apresentar provas. Segundo a decisão, embora o debate político comporte opiniões duras, associar o partido ao narcotráfico extrapola a crítica legítima e configura ilícito civil, por atingir a honra e a imagem. O magistrado também apontou risco de dano irreparável ou de difícil reparação, devido à rápida circulação de conteúdos nas redes sociais e ao alcance da publicação. Para ele, manter o vídeo no ar poderia ampliar a disseminação de desinformação e causar prejuízo à imagem do partido, especialmente em período pré-eleitoral.

Com isso, a Justiça determinou a exclusão imediata do vídeo, publicado em 3 de janeiro, por meio de ordem judicial direcionada diretamente à plataforma Instagram, administrada pela Meta. Não foi fixada multa diária, já que o cumprimento da decisão será operacionalizado diretamente pelo Judiciário junto à empresa responsável pela rede social. O parlamentar foi citado para apresentar contestação no prazo de 15 dias. O processo tramita no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios e tem valor da causa fixado em R\$ 30 mil. Procurado, o deputado não se manifestou. O espaço segue aberto. O pedido à Justiça faz parte de uma estratégia do PT de se afastar o quanto puder da pecha de ser leniente com drogas ilícitas. No ano passado, uma declaração de Lula sobre traficantes

causou mal-estar. Na oportunidade, ele disse que os traficantes seriam "vítimas" dos usuários. O partido também vai processar o vice-governador de São Paulo, Felício Ramuth (PSD), por ter chamado o partido de "narcoafetivo."A declaração foi dada quando questionado por jornalistas sobre o fluxo migratório de venezuelanos para o Brasil após a captura de Maduro pelos EUA. Procurado, ele reforçou a afirmação. Ainda sobre a repercussão da invasão na Venezuela, o líder do PT na Câmara dos Deputados, Lindbergh Farias (RJ), apresentou na terça-feira uma representação à Polícia Federal (PF) contra o deputado Nikolas Ferreira (PL-MG), o ex-deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) e o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), sob a acusação de incentivarem uma intervenção militar dos Estados Unidos no Brasil.

ORÇAMENTO

Lula deve vetar aumento para R\$ 61 bi em emendas, diz Rui Costa

GABRIEL DE SOUSA, GABRIEL HIRABAHASI E VICTOR OHANA/AE

O ministro da Casa Civil, Rui Costa (**foto**), indicou que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) deve vetar o aumento de R\$ 11 bilhões em emendas parlamentares, previsto no Orçamento de 2026 aprovado pelo Congresso. Segundo Rui, o acréscimo descumpra um acordo entre o Executivo e o Legislativo, baseado em definição do Supremo Tribunal Federal (STF), que define que as emendas podem crescer até 2,5% acima da inflação. "Tem uma regra, definida inclusive por julgamento pleno do STF, que define o volume de emendas e como essas emendas podem crescer. Então, 2,5% acima da inflação. E há, evidentemente, uma discussão com o Congresso sobre isso. E até onde nós entendemos, isso foi pactuado. Tudo aquilo que está fora do pactuado, não será executado", afirmou Rui. No orçamento de 2026 aprovado pelo Congresso, o total de emendas parlamentares para execução ficou previsto em R\$ 61 bilhões. A cifra é R\$ 11 bilhões maior do que os R\$ 50 bilhões que seguem a pactuação entre os Poderes.

MASTER

Em relação ao Banco Master, o ministro Rui Costa afirmou ontem que o entendimento do governo federal é que competência para liquidar o banco é



LULA MARQUES/ABRASIL

do Banco Central. A declaração vem em meio à investida do Tribunal de Contas da União (TCU), que estava sendo alvo de inspeção para apurar os procedimentos adotados pelo BC. A decisão foi suspensa ontem. "Historicamente, as instituições têm que ser até às suas competências. Esse é o nosso entendimento. E essa competência pertence ao Banco Central, que tem técnicos muito, muito especializados, faz de monitoramento. Portanto, eles têm ampla capacidade técnica, são todos ali compulsados por equipe técnica, que apresenta à diretoria os pareceres que são

ratificados diante do estudo técnico", afirmou. Rui Costa disse que a competência do BC se baseia em critérios técnicos e defendeu a atuação de "quem estudou e se dedica há anos" para monitorar o sistema financeiro brasileiro. "Acho que eu sou sempre favorável a respeitar os pareceres técnicos, do trabalho técnico, de quem estudou, se dedica há anos. Eles são institucionalmente o órgão responsável por monitorar o sistema financeiro e adotar as providências", disse o chefe de Casa Civil. Conforme mostrou o Broadcast, sistema de notícias em

tempo real do Grupo Estado, instituições e personalidades envolvidas com a operação do Banco Master sofreram uma tentativa de assassinato de reputação nas redes sociais pouco antes da virada do ano. Uma série de postagens tentou colocar em xeque a credibilidade de órgãos públicos e privados, como o Banco Central e a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) em relação à operação de liquidação extrajudicial do Master, decretada pelo BC no dia 18 de novembro do ano passado. A liquidação foi assinada pelo presidente do BC, Gabriel Galípolo.

VENEZUELA

Brasil anuncia doação de 100 toneladas de medicamentos

ABRASIL

O governo brasileiro, por meio do Ministério da Saúde, anunciou ontem o envio de 100 toneladas de medicamentos e outros insumos de saúde para a Venezuela. A medida visa apoiar a população do país vizinho, que sofreu uma invasão militar dos Estados Unidos, no último sábado. O ataque em Caracas destruiu o maior centro de distribuição de medicamentos do país. Na primeira leva de itens, o Brasil vai encaminhar 40 toneladas de medicamentos para atender, de forma prioritária, cerca de 16 mil pacientes que precisam de tratamento de hemodiálise e estariam desassistidos. "Essa doação não afeta a estrutura e assistência dos cerca de 170 mil pacientes que realizam diálise atualmente no Sistema Único de Saúde. Temos estoques seguros no Brasil e podemos ser solidários com o país vizinho. Não podemos esquecer que, durante a pandemia da covid-19, a Venezuela nos disponibilizou 130 mil metros cúbicos de oxigênio para o tratamento dos nossos cidadãos, diante de uma crise

por uma má gestão do governo passado", destacou o ministro da Saúde, Alexandre Padilha. Em carta enviada à ministra da Saúde da Venezuela, Magaly Gutiérrez, Padilha reforça o apoio do governo brasileiro para a garantia da assistência à saúde dos venezuelanos, especialmente aos pacientes de diálise, afetados pela destruição do centro de distribuição de medicamentos. Os insumos a serem enviados para a Venezuela foram garantidos por doações de hospitais universitários e filantrópicos de todo o país. Eles fazem parte de um conjunto estratégico e essencial de materiais. O país vizinho, com quem o Brasil tem uma fronteira de mais de mil quilômetros, receberá medicamentos de uso contínuo, filtros, linhas arterial e venosa, cateteres e soluções para o tratamento da hemodiálise. As 100 toneladas das doações ficarão armazenadas no Centro de Distribuição de Insumos e Medicamentos do Ministério da Saúde, localizado em Guarulhos (SP), até serem totalmente despachadas.

Força Nacional aumentará seu efetivo na fronteira

ALEX RODRIGUES/ABRASIL

A instabilidade política na Venezuela e as possíveis consequências da ação militar que os Estados Unidos realizaram no último sábado para depor o presidente venezuelano Nicolás Maduro motivaram o governo brasileiro a ampliar o efetivo de agentes da Força Nacional de Segurança Pública na fronteira com o país vizinho. Uma portaria do Ministério da Justiça e Segurança Pública publicada na edição de ontem do Diário Oficial da União, autoriza o emprego de agentes da tropa federativa na capital de Roraima, Boa Vista, e em Pacaraima), cidade fronteira e principal porta de entrada para o território brasileiro para venezuelanos que deixam seu país. Assinado pelo ministro Ricardo Lewandowski, o texto da Portaria MJSP número 1.127 estabelece que os agentes atuarão nos dois municí-

pios de Roraima pelos próximos 90 dias – prazo que, se necessário, poderá ser estendido. Durante este período, a tropa vai apoiar os órgãos de segurança pública estaduais, nas atividades e serviços imprescindíveis à preservação da ordem pública" e à garantia da integridade da população. Formada por agentes federais e policiais militares e civis (incluindo bombeiros e peritos) cedidos por estados e pelo Distrito Federal, a Força Nacional de Segurança Pública é subordinada à Secretaria Nacional de Segurança Pública, do Ministério da Justiça e Segurança Pública. O contingente pode ser empregado em qualquer parte do território nacional, a pedido dos governadores ou de ministérios que precisem de apoio para executar suas ações. O Ministério não informou o total de agentes da Força Nacional empregados em Roraima.

INFOGRIPE

Casos de Síndrome Respiratória Grave estão em queda

DOUGLAS CORRÊA/ABRASIL

O primeiro boletim InfoGripe de 2026, publicado ontem pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) indica que o número de casos de Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG), a nível nacional, apresenta sinal de queda nas tendências de longo e de curto prazo e não há, em quase todos os estados e capitais, incidência em nível de alerta, risco ou alto risco. Durante o ano de 2025, 13.678 pessoas morreram no país por Síndrome Respiratória Grave. Nas últimas oito semanas, a incidência e a mortalidade semanais médias mantêm o padrão característico de maior impacto nos extremos das faixas etárias analisadas. A inci-

dência de SRAG é mais elevada entre as crianças pequenas, enquanto a mortalidade se concentra principalmente nos idosos. Em relação aos demais vírus com circulação relevante no país, o impacto nos casos de SRAG tem se concentrado entre as crianças e está associado principalmente ao rinovírus e ao metapneumovírus. Por se tratar de um cenário que inclui as quatro últimas semanas epidemiológicas, a incidência e mortalidade estão sujeitas a alterações. Em 2025, foram notificados 13.678 óbitos de SRAG, sendo 6.889 (50,4%) com resultado laboratorial positivo para algum vírus respiratório, 5.524 (40,4%) negativos e ao menos 222 (1,6%) aguardando resultado laboratorial.

EDUCAÇÃO

Professor poderá ter reajuste maior no salário do que os 0,37% previstos

RENATA CAFARDO/AE

O ministro da Educação, Camilo Santana, disse ontem que o governo federal vai editar uma medida provisória para que os professores tenham um reajuste maior dos que os 0,37% previstos anteriormente. O salário inicial dos docentes no País iria subir de R\$ 4.867,77 para R\$ 4.885,78, um dos menores aumentos já registrados e bem abaixo da inflação. Isso acontece por causa de uma exigência na lei, que determina que o piso do magistério seja reajustado com o mesmo percentual de crescimento do

valor anual mínimo investido por aluno no Fundeb, principal fundo de custeio da educação. O ministro não esclareceu de quanto será o aumento agora, mas disse que se reuniu ontem com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para discutir a questão. "Não podemos admitir dar só 0,37% de aumento. Queremos avisar para todos os professores desse país, que o presidente Lula estará anunciando mudanças em relação a esse cálculo e o MEC anunciando o novo percentual", afirmou o ministro. "É

inadmissível, o professor precisa ser valorizado." O anúncio deve ser feito até o dia 15, segundo Camilo. Ao longo do ano passado, o MEC discutiu uma proposta com secretários e com a Confederação Nacional dos Trabalhadores de Educação (CNTE) para que houvesse uma nova forma de reajuste. Uma das possibilidades seria a de que o aumento fosse atrelado ao INPC (um dos índices que medem a inflação). Mas não houve consenso. Nesta semana, a Frente Parlamentar Mista de Educação no Congresso havia pedido uma ação

do MEC. "Não é aceitável que uma categoria estratégica para o futuro do Brasil seja submetida a um reajuste tão reduzido, incapaz sequer de recompor as perdas inflacionárias", afirmou, em nota. O mecanismo atual vem sendo questionado por especialistas, entidades de classe e até pelo MEC. A CNTE também criticou na semana passada o reajuste de 0,37%. Para alguns secretários, o reajuste decidido pelo governo vai impactar as contas de estados e municípios, que são os efetivamente responsáveis pelo pagamento dos docentes.

ESTADOS UNIDOS

Agente da Imigração mata mulher durante ato em Minneapolis

REDAÇÃO

Moradores da cidade de Minneapolis, no estado de Minnesota, saíram ontem às ruas em protesto pela morte da norte-americana Renee Nicole Macklin Good, de 37 anos, na quarta-feira, por um agente do Serviço de Imigração e Aduanas (ICE, na sigla em inglês). As informações são do Minnesota Star Tribune. De acordo com o jornal The New York Times, outros locais do país também retiram protestos.

Ainda na quarta-feira, o prefeito de Minneapolis, Jacob Frey, afirmou que a alegação do governo Trump de que o agente do ICE agiu em legítima defesa ao matar a mulher a tiros durante uma operação é "uma grande mentira".

"Eles já estão tentando distorcer isso, alegando legítima defesa. Tendo visto o vídeo, quero dizer a todos diretamente: isso é uma grande mentira", disse o prefeito.

Escritora, poetisa e mãe de três filhos, Renee Macklin Good foi morta com um tiro na cabeça em um bairro residencial de Minneapolis. Um vídeo mostra o momento em que o carro dela bloqueia a via por onde viaturas do ICE tentavam passar.

Um dos policiais desce do veículo e tenta abrir a porta do carro de Renee, mas a motorista dá ré e depois acelera, no que parece uma tentativa de fugir do local. Nesse momento, um segundo agente, que estava próximo à parte da frente do carro, atira contra a mulher.

A secretária de Segurança Interna dos Estados Unidos, Kristi Noem, descreveu o incidente como um "ato de terrorismo doméstico" contra agentes do ICE por parte de uma mulher que "tentou atropelá-los e os atingiu com seu veículo". "Um de nossos agentes agiu rápida e defensivamente, atirando para proteger a si mesmo e às pessoas ao seu redor", afirmou.

Kristi também disse que o

policial responsável pelo disparo já havia sido atropelado e arrastado por um motorista contrário ao ICE em junho. A mesma versão de legítima defesa foi reiterada pelo presidente dos EUA, Donald Trump.

Frey classificou a versão apresentada por Kristi como uma "narrativa lixo". Visivelmente irritado, ele afirmou que, apesar de o ICE alegar que suas ações têm o objetivo de garantir segurança à população, a atuação do órgão produz o efeito oposto. O prefeito usou palavrões para exigir que os agentes deixem Minneapolis.

"Ao ICE: caiam fora de Minneapolis. Vocês declararam que o motivo de estar nesta cidade era criar algum tipo de segurança, mas estão fazendo justamente o contrário", disse Frey. "Estão separando famílias. Estão semeando o caos em nossas ruas e, neste caso, literalmente matando pessoas."

Mais de 2 mil agentes federais foram enviados às cidades de Minneapolis e Saint Paul nas últimas semanas como parte da repressão a fraudes na imigração. "Temíamos este momento desde os estágios iniciais da presença do ICE em Minneapolis", afirmou o prefeito. "Este foi um agente federal usando o poder de forma imprudente, o que resultou na morte de alguém."

Frey conta com o apoio do governador de Minnesota, Tim Walz, que criticou duramente a versão apresentada pelo Departamento de Segurança Interna. Walz classificou a narrativa do governo Trump como "propaganda" e afirmou que o Estado garantirá uma investigação "completa, justa e rápida" para assegurar responsabilização.

Em uma rede social, o presidente Donald Trump afirmou que o agente agiu em legítima defesa. Segundo ele, imagens do episódio indicam que a motorista tentou atropelar o agente de forma "violenta" e "deliberada".

IRÃ

Protestos contra a crise econômica se espalham pelo país

AE

Os protestos no Irã, desencadeados por dificuldades econômicas, se espalharam por todo o país, disseram ativistas ontem, demonstrando tanto sua força quanto a intensidade com que desafiam a teocracia iraniana.

A quarta-feira foi o dia mais intenso de manifestações, que atingiram cidades rurais e grandes centros urbanos em todas as províncias, embora ainda localizadas o suficiente para que a vida cotidiana continuasse em Teerã, capital do Irã, e em outras localidades.

Até o momento, a violência relacionada às manifestações deixou pelo menos 38 mortos e mais de 2.200 detidos, segundo a agência de notícias Human Rights Activists News Agency, sediada nos Estados Unidos.

O crescimento dos protestos aumenta a pressão sobre o governo civil do Irã e seu líder supremo, o aiatolá Ali Khamenei. Até o momento, as autoridades não bloquearam a internet nem mobilizaram um

grande contingente de forças de segurança nas ruas, como fizeram para reprimir os protestos de Mahsa Amini em 2022. Mas qualquer intensificação dessa medida pode levá-las a agir.

Entretanto, os protestos em si permaneceram, em grande parte, sem liderança, embora um apelo por protestos feito pelo príncipe herdeiro exilado do Irã vá testar se os manifestantes estão ou não sendo influenciados por mensagens vindas do exterior.

"A falta de uma alternativa viável minou os protestos anteriores no Irã", escreveu Nate Swanson, do Atlantic Council, com sede em Washington, que estuda o Irã. "Pode haver mil ativistas dissidentes iranianos que, se tivessem uma oportunidade, poderiam se tornar estadistas respeitados, como o líder trabalhista Lech Walesa fez na Polônia no fim da Guerra Fria. Mas, até agora, o aparato de segurança iraniano prendeu, perseguiu e exilou todos os potenciais líderes transformadores do país."

GROENLÂNDIA

Rubio planeja reunião com líderes da Dinamarca

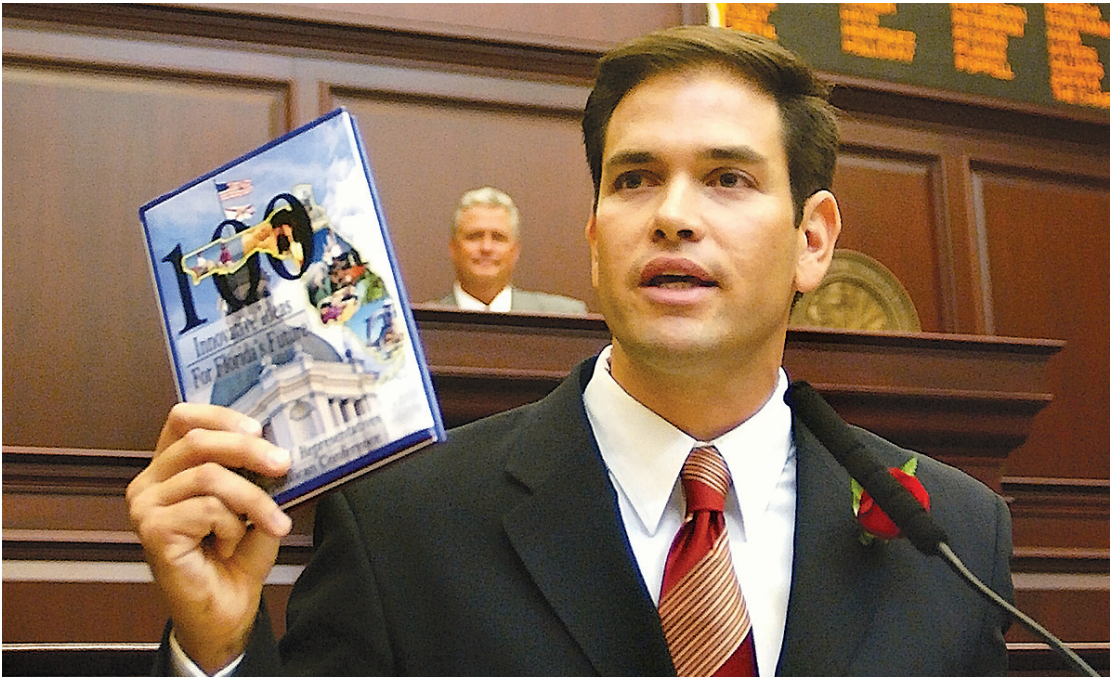
AE

O secretário de Estado norte-americano, Marco Rubio (**foto**), disse ontem que planeja se reunir com autoridades dinamarquesas na próxima semana, após a administração do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, reafirmar a intenção de assumir o controle da Groenlândia, a estratégica ilha ártica que é um território autônomo da Dinamarca e rica em matérias-primas críticas.

"Trump não é o primeiro presidente dos EUA que examinou ou considerou como poderíamos adquirir a Groenlândia", disse Rubio.

O secretário também já disse a um grupo seletivo de legisladores dos EUA que era a intenção da administração republicana eventualmente comprar a Groenlândia, em vez de usar força militar.

Na terça-feira, de acordo com um comunicado postado no site do governo da Groenlândia, o ministro das Relações Exteriores da Dinamarca, Lars Lokke Rasmussen, e sua contraparte groenlandesa, Vivian Motzfeldt, haviam solicitado uma reunião com Rubio. Pedidos anteriores



WIKIPÉDIA

para uma reunião não foram bem-sucedidos, disse a nota.

Em Paris, o presidente da França, Emmanuel Macron, afirmou ontem em discurso a embaixadores que os Estados Unidos estão "gradualmente se afastando de alguns de seus aliados" e se libertando de regras internacionais que ainda promoviam até recentemente.

"Todos os dias, as pessoas se perguntam se a Groenlândia será invadida, se o Canadá corre o risco de se tornar o 51º estado dos EUA ou se Taiwan será ainda mais cercada".

Segundo ele, "este é o momento certo para reinvestir totalmente na Organização das Nações Unidas (ONU)". "Às vezes não somos os mais fortes, muitas vezes não somos os me-

lhores, mas quando nos comprometemos, cumprimos o que prometemos", disse.

Macron rejeitou "o novo colonialismo e o novo imperialismo" tanto quanto o "derrotismo". "Acreditamos no fortalecimento das parcerias. Nossa segurança e defesa não são responsabilidade exclusiva da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan)". *(Com agências)*

Senado dos EUA aprova resolução para barrar Trump contra a Venezuela

O Senado dos Estados Unidos aprovou ontem uma resolução que determina a interrupção do uso da força contra a Venezuela sem autorização expressa do Congresso Nacional.

"Esta resolução conjunta orienta o presidente a cessar o uso das Forças Armadas dos EUA em hostilidades dentro ou contra a Venezuela, a menos que uma declaração de guerra ou autorização para o uso da força militar para tal fim tenha sido promulgada", diz o documento aprovado.

Apresentada pelo senador democrata Tim Kaine, a resolução foi aprovada por 52 votos contra 47, tendo recebido o apoio de cinco senadores repu-

blicanos, do partido do presidente Donald Trump. Já um senador republicano não votou.

O texto, porém, precisa ser novamente aprovado pelos senadores e deve passar ainda pela Câmara dos Representantes dos EUA, com maioria de republicanos. A resolução ainda precisaria vencer um provável veto do presidente Donald Trump para entrar em vigor.

Ao justificar a resolução, o senador democrata Kaine disse que apoia o sequestro do presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, mas defendeu que novas ações tenham autorização legislativa.

"As declarações do presidente de que os EUA governarão a Venezuela por anos deixam cla-

ro: seus planos vão muito além de Maduro. Isso significa que o Congresso precisa se manifestar", destacou Kaine antes da votação.

A oposição argumenta que a invasão da Venezuela foi ilegal uma vez que a Constituição dos EUA exige aprovação do Parlamento para declaração de guerras.

CARACAS

Em Caracas, o presidente da Assembleia Nacional da Venezuela, Jorge Rodríguez, disse que número significativo de presos políticos, incluindo estrangeiros, foi libertado. Ele, porém, não deu detalhes tampouco informou quantas pessoas fo-

ram colocadas em liberdade.

A ONG Fórum Penal contabiliza 806 presos por razões políticas na Venezuela, dos quais 175 são militares. "Em prol da convivência pacífica, o governo bolivariano, juntamente com as instituições do Estado, decidiu libertar um número significativo de cidadãos venezuelanos e estrangeiros", disse Rodríguez.

O líder parlamentar agradeceu ao ex-presidente do governo espanhol José Luis Rodríguez Zapatero, ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva e ao Catar, "que responderam prontamente ao apelo" da presidente interina, especificou. "É um gesto unilateral do governo bolivariano", afirmou Rodríguez.

COLÔMBIA

Após acusações e ofensas, Trump e Petro aparam arestas

ODAIR BRAZ JUNIOR/ABRASIL

Os presidentes da Colômbia, Gustavo Petro (**foto**), e dos Estados Unidos, Donald Trump, conversaram por telefone na noite de quarta-feira. Foi a primeira vez que os dois tiveram algum contato após as ameaças e acusações que o mandatário norte-americano tem feito ao líder colombiano.

Petro divulgou uma foto em suas redes sociais enquanto estava ao telefone com Trump e também comentou o que foi conversado entre eles. "Entre outras coisas, falamos de nossas visões divergentes sobre a relação dos EUA com a América Latina".

Petro disse também que explicou ao presidente norte-americano o potencial que a América Latina tem de produzir energia limpa, que poderia ser usada pelos EUA. "Explorar a América Latina em busca de petróleo só levaria à destruição do direito internacional e, portanto, a barbárie e a uma terceira guerra mundial", acrescentou.

Para ele, o potencial de energia limpa da América Latina po-



FERNANDO FRAZÃO/ABRASIL

de ser concretizado com um investimento de US\$ 500 bilhões, atualmente detido pelos Estados Unidos. "Essa é a minha proposta. Fundamentada na paz, na vida e na democracia global".

Após o telefonema, Petro foi a uma manifestação popular que

ele mesmo havia convocado para reforçar a posição do país em relação às ameaças norte-americanas. No palanque, ele afirmou que havia conversado com Trump instantes atrás e leu o que declarou o presidente americano.

Trump disse que foi uma

"grande honra falar com Petro" e que havia telefonado para conversar sobre a situação das drogas e também sobre outros desentendimentos entre eles. O colombiano contou que agradeceu a oportunidade, afirmou que espera um encontro em breve entre eles e que já estão ocorrendo as negociações para que isso aconteça.

Após a operação militar que sequestrou Nicolás Maduro na Venezuela, Donald Trump fez ameaças a Gustavo Petro e à Colômbia. No último domingo, o norte-americano afirmou que "a Colômbia está muito doente e que é governada por um homem doente, que produz cocaína para vender aos Estados Unidos, mas não vai continuar fazendo isso por muito tempo". Em conversa com a imprensa do país, Trump declarou ainda que uma invasão à Colômbia parecia ser uma boa ideia.

Petro, por sua vez, declarou que "Trump tem um cérebro se- nil" e que ele vê "os verdadeiros libertários como narcoterroristas por não entregar a ele carvão ou petróleo".